

única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304921482

#### **Aviso n.º 14887/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Espaços Verdes e Limpeza Urbana, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com o candidato classificado em 1.º lugar — Eduardo Jorge Pereira Maia Correia, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304918283

#### **Aviso n.º 14888/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Ambiente, Água e Saneamento, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com a candidata classificada em 1.º lugar — Maria Arlete Gomes Antunes da Silva, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e a referida candidata.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304918997

#### **Aviso n.º 14889/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Infra-estruturas desportivas, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho

por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com o candidato classificado em 1.º lugar — Bruno Eduardo Azevedo Rebelo, na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 9 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta e três cêntimos (892,53 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304919555

#### **Aviso n.º 14890/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Projectos Educativos, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com o candidato classificado em 1.º lugar — Antero Loureiro da Mota, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304921855

#### **Aviso n.º 14891/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do concurso interno de ingresso, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para recrutamento de um Especialista de Informática Grau 1, nível 2 (carreiras não revistas) foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo indeterminado a 31 de Dezembro de 2011, com o candidato classificado em 1.º lugar — Alfredo Jorge Martins de Almeida Alexandre, tendo o mesmo sido posicionado no índice 400, correspondente à remuneração de mil trezentos e setenta e três euros e doze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período de estágio de 180 dias.

O Júri de acompanhamento do período de estágio é o mesmo do concurso interno de ingresso.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304924455

#### **Aviso n.º 14892/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Coordenador Técnico na Unidade de Expediente e Modernização Administrativa, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com a candidata classificada em 1.º lugar — Maria Isabel Cabral Estrela, na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 17 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008,